

Fabírcia Peixoto

Da BBC Brasil em Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decide nesta quarta-feira se a taxa básica de juros, a Selic, terá algum tipo de alteração ou se o índice será mantido em 8,75% ao ano – a menor taxa da história.

A reunião de diretores e presidente da autoridade monetária ocorre em meio à discussão sobre um possível “excesso” no crescimento econômico, o que já estaria pressionando a inflação para cima.

A maioria dos analistas aposta em um aumento dos juros apenas na próxima reunião do Copom, em abril, mas alguns já esperam uma elevação de 0,25 a 0,50 ponto percentual nesta quarta-feira.

Além de um suposto superaquecimento da economia, os agentes de mercado apontam ainda a proximidade das eleições presidenciais como um fator que também deve influenciar a decisão do Copom.

Entenda o que está em jogo.

Quais são os argumentos a favor de juros maiores?

O crescimento de 2% do PIB no 4º trimestre, considerado expressivo, e a geração recorde de empregos formais no mês de janeiro estão entre os indicadores que contribuíram para o argumento a favor da alta dos juros ainda nesta semana.

Os defensores de juros maiores argumentam que o Brasil está crescendo “acima de seu potencial”, ou seja, com o consumo mais forte do que a oferta de bens e produtos.

O resultado dessa diferença, segundo alguns economistas, já estaria sendo refletida não apenas na inflação atual, como também na projeção para meses futuros.

O IPCA, medidor oficial da inflação no país, acumula uma alta de 4,83% nos últimos 12 meses. Para este ano, os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central esperam um índice de 5,03%.

O centro da meta de inflação no Brasil é de 4,50%, com uma margem de tolerância de dois pontos percentuais para mais e para menos.

A avaliação de alguns economistas, porém, é de que o objetivo do governo deveria ser o de manter a inflação mais perto do centro da meta e que seria menos custoso para a economia agir “de forma preventiva”.

“Há consenso no mercado de que os juros precisam subir. A questão é quando. E se a questão é essa, por que esperar? Por que correr o risco de a situação se deteriorar?”, questiona o economista-chefe da Máxima Asset, Elson Teles, que prevê uma alta de 0,5 ponto percentual nesta quarta.

A Gradual Investimentos, que também aposta em um acréscimo de 0,5 ponto percentual à Selic, diz em seu relatório que a situação “não é dramática”, mas que se o BC não agir agora, “nem que seja de forma discreta, pode tornar mais cara a manutenção das expectativas”.

O que dizem os defensores da manutenção dos juros?

O principal argumento é de que o aumento da inflação verificado no início do ano seria apenas sazonal, ligado por exemplo ao reajuste das mensalidades e à alta de alguns alimentos.

A inflação, portanto, seria apenas “pontual”, o que descartaria a necessidade de uma nova elevação dos juros.

O fato de a inflação (IPCA) do mês de fevereiro ter ficado abaixo das expectativas do mercado, em 0,78%, é apontado como um “sinalizador” de que o índice possa estar arrefecendo.

O grupo favorável à manutenção dos juros em 8,75% também ressalta que “ainda é cedo” para o Copom concluir que a economia esteja rodando a uma velocidade excessiva. Essa também é a posição do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O ideal, argumentam, seria aguardar até que os indicadores econômicos mostrem uma tendência, e não apenas efeitos sazonais.

A avaliação da consultoria Tendências, que aposta na manutenção da Selic, é de que haverá uma “acomodação” da economia brasileira nos próximos meses.

“Esperamos um bom crescimento do PIB, mas não vemos esse vigor se mantendo ao longo do ano”, diz o economista Bernardo Wijnunski.

Para ele, a retirada dos estímulos fiscais, que impulsionaram o consumo no ano passado, vai permitir uma recuperação “mais gradual”.

“Achamos que o BC pode deixar para aumentar a Selic em abril e assim ter mais tempo para olhar os indicadores de março”, acrescenta o economista da Tendências.

Ainda segundo Wijnunski, o Banco Central não deu sinais de que aumentaria os juros em seus últimos documentos, um ritual “obrigatório”, segundo ele.

Quais são as implicações políticas da decisão?

Com a proximidade das eleições presidenciais, a decisão sobre os juros ganha uma relevância política ainda maior.

No Palácio do Planalto, as opiniões estão divididas, segundo um assessor. Parte da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que ainda não há embasamento técnico suficiente para uma alta da Selic nesta semana.

Além disso, aumentar a Selic no momento atual seria “delicado”, em função das discussões sobre alianças e anúncios de candidatura.

Um outro grupo, porém, prefere um “pequeno aumento” de 0,25 ponto percentual para já. Nesse caso, o argumento é de que a decisão diminuiria as expectativas de inflação, sem grande impacto eleitoral.

Quais são as consequências de juros mais altos?

O aumento dos juros é um dos principais instrumentos para o controle da inflação, mas tem seus efeitos colaterais.

A taxa básica de juros da economia, a Selic, funciona como uma referência para todo o sistema de crédito no país.

Com isso, se a Selic sobe, a tendência é de que os bancos acompanhem esse movimento, cobrando mais caro pelo crédito oferecido a seus clientes.

Mesmo com a Selic a 8,75% ao ano, a menor da história brasileira, ainda assim o país tem a taxa de juros reais (descontada a inflação) mais alta do mundo.

Além disso, quanto mais altos são os juros, maiores são as chances de real se valorizar em relação ao dólar, o que prejudica principalmente os grandes exportadores.

Alguns especialistas defendem que a Selic seja usada para “calibrar” o câmbio, evitando assim uma valorização excessiva do real. Essa é a posição, por exemplo, de representantes da oposição, incluindo o governador de São Paulo, José Serra.

O presidente do Banco Central, no entanto, é contrário à ideia, com o argumento de que o foco da política monetária brasileira é a inflação, e não o câmbio.

Como está a trajetória dos juros em outros países?

Durante a fase mais aguda da crise financeira global, a partir do final de 2008, diversas economias, entre ricas e emergentes, entraram em um processo de corte de juros como forma de estimular o consumo.

Alguns países, no entanto, já entraram em uma fase de franca recuperação e passaram a se preocupar mais com o fantasma da inflação do que com as consequências da crise.

Entre os países do G20, o primeiro a adotar o aperto monetário no período pós-turbulência foi a Austrália. O processo começou em setembro passado e taxa do país atualmente é de 4% ao ano.

Em dezembro foi a vez de Israel e Noruega anunciarem a elevação dos juros. De acordo com a previsão de analistas, países como Índia e Malásia devem seguir o mesmo caminho ainda esse ano.

Já as principais economias ricas ainda sofrem com os efeitos da crise continuam preocupadas em estimular seu consumo interno.

Na terça-feira, o banco central americano anunciou que as taxas de juros nos Estados Unidos continuarão baixas “por um longo período”, até que existam “claras evidências” de uma recuperação econômica. A taxa de juros americana é de 0,25% ao ano.

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100316\\_juros\\_qanda\\_fa\\_np.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100316_juros_qanda_fa_np.shtml)